

ALFABETIZAÇÃO E ORTOGRAFIA: UMA ANÁLISE NO AMBIENTE ESCOLAR

Luís Dadalti
lcdadalti_95@hotmail.com

Olívia Fernandes
oliviaf_bogo@hotmail.com

Warley Daniel
warleydaniel21@yahoo.com.br

Graduandos do curso de Letras da UFJF

Resumo: Este artigo apresenta as análises acerca do tema Alfabetização e Ortografia, realizadas em uma escola da Rede Estadual da cidade de Goianá – MG, apoiando-se sobre os conceitos de alfabetização (SOARES, 1998, 2003) e os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997). Posteriormente, discute-se a lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e as propostas educacionais do Ministério da Educação (MEC) como metas inerentes às práticas de escrita, no que concerne aos anos de aquisição do código escrito e ao seu domínio. A principal contribuição deste trabalho é analisar as práticas de escrita dentro do ambiente escolar, com alunos do Ensino Fundamental II, como forma de aprimoramento das habilidades escritas e a utilização da norma ortográfica.

Palavras-chave: alfabetização, ortografia, ensino de língua portuguesa.

Introdução

São diversas, no âmbito educacional, as definições conceituais acerca do termo alfabetização. Para tanto, Soares (2003) afirma que aprender a ler e a escrever envolve relacionar sons e letras, fonemas e grafemas, para codificar ou para decodificar. Compreende a aprendizagem de segurar um lápis, escrever de cima para baixo e da esquerda para a direita; enfim, envolve uma série de aspectos denominados pela autora de técnicos. Ainda sobre o tema, verifica-se nos documentos do programa de formação de professores alfabetizadores - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2014) a indicação de que: “aos oito anos de idade as crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos”.

Para abordar o tema alfabetização e ortografia, as análises aqui descritas consistem em uma prática de observação pedagógica, realizada em uma escola da

rede estadual na cidade de Goianá – MG, por discentes do curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, no primeiro trimestre do ano de 2015.

Dessa forma, este artigo busca discutir algumas observações de práticas pedagógicas vivenciadas em sala de aula, relacionadas ao tema de Alfabetização e Ortografia, associando-o às políticas públicas que visam à efetivação dessas práticas escritas. Tais práticas possuem também como elemento constitutivo o acesso básico à educação, o exercício da cidadania, o desenvolvimento do processo de aquisição e o domínio da ortografia e, ainda, a reflexão das abordagens metodológicas utilizadas pelos docentes.

1 Apresentação da escola onde foram realizadas as práticas pedagógicas

A Escola T.C., pertencente à rede estadual de ensino, localiza-se no perímetro urbano da cidade de Goianá, no município de Minas Gerais. As observações pedagógicas focaram-se nesta unidade escolar, uma vez que o acompanhamento da turma de sexto ano do ensino fundamental II se adequaria melhor ao tema abordado neste artigo. A professora C.A, profissional da área da educação, atua nesta escola há mais de dez anos e se dedica às turmas de sexto e sétimo ano.

A escola detém de boa infraestrutura interna com salas amplas e arejadas e, ainda, dispõe de biblioteca e sala de informática, embora estas só sejam abertas mediante a autorização de algum responsável da escola. Esse acesso às salas é restrito, uma vez que já houve relatos de furtos à sala de informática. Ainda assim, a professora C.A salienta que, apesar dos recursos, os alunos não demonstram interesse pelos ambientes mencionados e pela realização de atividades complementares.

2 Alfabetização e Ortografia: a apropriação do sistema de escrita e o aprimoramento da norma culta

Na relevância dos pressupostos teóricos que conduziram a escrita deste artigo, foram encontrados aspectos legais acerca do tema escolhido para a pesquisa. Isso torna necessária a menção ao artigo 21- lei 9.394/96 – da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A referida lei não reconhece a alfabetização como nível ou sub-nível de ensino. Portanto, as etapas escolares compostas pela educação básica são: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio; e, posteriormente, a educação superior.

Dessa forma, verifica-se que a sala de aula no nível da alfabetização não é legislativamente reconhecida, não tendo, assim, caráter educacional reprovativo. Por meio desta determinação instaurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instigam-se como os órgãos de competência legislativa e educacional desconsideram a série escolar ao nível da alfabetização como etapa primordial na formação do cidadão e, ainda, como etapa de aquisição e apropriação da linguagem alfabética.

Em consequência, ao considerar o contínuo escolar, observa-se como a não consolidação dessa etapa de formação acarreta deficiências nas práticas de escrita dos alunos desde os anos preliminares até o final da educação básica. Como, por exemplo, a aquisição de elementos lexicais ou as regras sintagmáticas a nível frasal - nos anos iniciais e, depois, nas séries de nível médio; a deficiência quanto à coerência textual e a utilização da norma culta.

Por isso, quando a alfabetização não ocorre como um processo consolidado, alguns discentes na faixa etária correspondente ao sexto ano do ensino fundamental - entre onze e doze anos, ainda cometem erros gramaticais fora da norma culta e, por isso, possuem dificuldades na transmissão da mensagem desejada entre os interlocutores. Desse modo, há um comprometimento de suas práticas escritas.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada pelo Ministério da Educação (MEC), em 2014 estimava-se que quatorze milhões de brasileiros eram analfabetos e trinta e cinco milhões eram analfabetos funcionais. Estes são pessoas que associam o alfabeto gráfico às correspondências fonológicas, porém não são capazes de depreender e interpretar as mensagens lidas. Nesse ponto, vale mencionar segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que "uma pessoa funcionalmente analfabeta não está capacitada integralmente para participar das atividades nas quais a alfabetização é requerida. Por isso, tem o seu próprio desenvolvimento e o desenvolvimento de sua comunidade comprometido."

Além desses aspectos, devem ser considerados os conteúdos previstos para a educação básica nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN, 1997, p.32), os quais reforçam que “a maioria dos guias curriculares em vigor já não organiza os conteúdos de Língua Portuguesa em alfabetização, ortografia, pontuação, leitura em voz alta, interpretação de texto, redação e gramática”. Mas, na prática da sala de aula, essa organização é a que muitas vezes ainda prevalece.

Percebe-se, portanto, que o planejamento didático, acerca da alfabetização e da ortografia, deve prevalecer em sala de aula, de forma que o ensino não seja segmentado nas áreas de aquisição e aprimoramento das competências linguísticas. Porém, essa abordagem metodológica não é a realidade adotada em muitas práticas docentes.

Os fatores econômicos e sociais interferem demasiadamente no âmbito educacional, seja na esfera federal, estadual ou municipal das redes de ensino, no que se refere à falta de aplicação financeira ou, então, de má gestão de verbas públicas para investimentos em recursos didáticos, sejam estes impressos ou interativos, ou em cursos de formação complementar para os docentes da área. Assim como o desprestígio moral instaurado na figura dos docentes que, também, provoca a desvalorização desses profissionais dentro de seus ambientes de atuação.

Por último, destacamos também que a desmotivação dos alunos no processo de ensino-aprendizagem dificulta a aplicação, a eficácia e o desenvolvimento do conteúdo a ser ministrado dentro de sala.

3 Análise da prática de escrita e aproximação com o tema Alfabetização e Ortografia

Para a turma de sexto ano do Ensino Fundamental, da Escola Estadual T.C., da cidade de Goianá (MG), foi proposta uma atividade de escrita que consistia na elaboração de uma história de tema livre, cujo gênero textual era *História em Quadrinhos*. Para isso, os alunos foram apresentados às características de construção do gênero e, durante a realização da atividade, foram orientados pela professora.

Após o término da atividade proposta, foram coletadas as Histórias em Quadrinhos para serem analisadas quanto: as habilidades de compreensão do

gênero textual e, conseqüentemente, a sua realização; a produção da atividade escrita; o domínio das correspondências grafofônicas e a utilização da norma culta.

Notou-se, em predominância, que os alunos atenderam satisfatoriamente a proposta da atividade. Ainda que, em alguns casos ocorreram agramaticalidade em algumas palavras nas sentenças e que alguns dos elementos composicionais do gênero textual trabalhado estavam fora da disposição padrão.

Apresentam-se, a seguir, duas dessas produções textuais coletadas para estudo. Os comentários referentes às competências analisadas foram dispostos abaixo de cada figura, respectivamente.

Produção de texto do aluno número 1:



Figura 1

Nessa produção, evidencia-se que os balões referentes à fala estão com as suas disposições lineares equivocadas. No gênero textual história em quadrinhos, o personagem que tiver o primeiro turno na fala/pensamento deve ter, obrigatoriamente, o referente balão na posição da esquerda.

Revela-se, portanto, que o aluno em questão não se ateu às propriedades características da produção do gênero textual – história em quadrinhos. Dessa forma, a disposição alternada dos balões que exprimem fala/pensamento causou a incoerência do texto.

As observações positivas deste trabalho referem-se ao alinhamento dos quadrinhos, o que demonstra que o aluno se ateu às particularidades durante a produção deste gênero. Além de não haver deslizes na escrita ortográfica, na escrita dos balões referentes à fala dos personagens.

Produção de texto do aluno número 2:

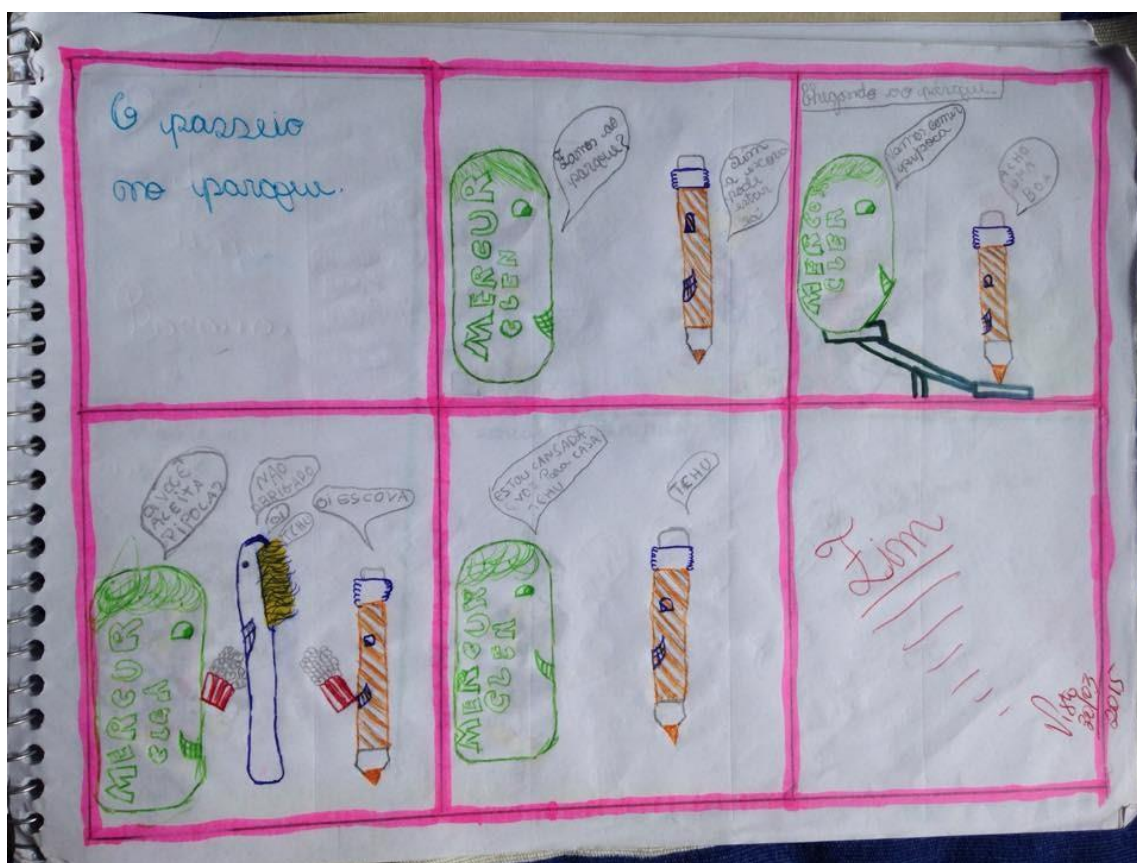


Figura 2

Nessa produção, no segundo quadrinho, evidencia-se que o aluno cometeu um deslize na correspondência grafofônica, uma vez que ele confundiu o par mínimo composto pelo fone [f] e pelo fone [v] na escrita da palavra vamos, causando assim a agramaticalidade desse vocábulo. No último quadrinho, evidencia-se também a grafia equivocada da palavra tchau.

Em contrapartida, verifica-se que o aluno em questão se ateuve às particularidades durante a produção deste gênero, no que se refere à disposição dos balões que indicam fala/pensamento, como também ao alinhamento dos quadrinhos.

Considerações finais

Objetivou-se, neste artigo, apresentar aportes teóricos sobre o conceito de alfabetização, assim como expor as práticas textuais de alunos do Ensino Fundamental II, analisando o processo de alfabetização e a utilização da norma ortográfica. Além disso, foram apresentados aspectos legais relevantes para a educação pública, além daqueles que contribuem como propostas curriculares para o ensino de Língua Portuguesa nas escolas públicas brasileiras.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei Nº 12.801**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. 2014.

BRASIL (1996)- LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996., Brasília, Art 21º

BRASIL. **Alfabetização para todos**. Disponível em <<http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/educacao-para-o-seculo-xxi/alfabetizacao-para-todos>> Acesso em: 17/05/15.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003. P.15